COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS

Bruxelas, 13.10.2005
COM(2005) 486 final

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES

relativa à execução, aos resultados e à avaliação global do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência – 2003
(apresentada pela Comissão Europeia nos termos do artigo 13.° da Decisão 2001/903/CE do Conselho)

{SEC(2005) 1252}

ÍNDICE

Execução e principais acções a nível da UE 3

Execução e principais acções a nível nacional 7

Principais resultados da campanha do AEPD 9

Annex 1: Background 11

Annex 2: Financial issues 13

Annex 3: Detailed breakdown of expenditure commitments in 2002 and 2003 (Budget Line 04 04 05 ex B5 806) 14

Annex 4: Overall assessment and long-term policy outlook 15

Annex 5: External evaluation of the EYPD Campaign 16

Execução e principais acções a nível da UE

Definir prioridades para a campanha do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência (AEPD) e sua execução a nível da UE constituiu um processo complexo. Exigiu uma grande coordenação entre o nível comunitário e os níveis nacionais e o envolvimento de alguns parceiros fundamentais, nomeadamente o Fórum Europeu das Pessoas com Deficiência – a organização centralizadora de carácter não-governamental que representa as pessoas com deficiência a nível europeu. Enquanto parte integrante da abordagem da Comissão relativamente ao Ano Europeu e princípio fundamental no domínio da deficiência, as pessoas com deficiência, e os seus representantes, estiveram necessariamente implicados em todos os aspectos-chave de concepção e de execução da campanha do AEPD.

Dado que grande parte do impulso para criar um Ano Europeu das Pessoas com Deficiência proveio da iniciativa dos visados e após pressão exercida pelo Fórum Europeu das Pessoas com Deficiência nesse sentido, em 2002, a Comissão intensificou as suas relações com o fórum, tendo consultado frequentemente esta e outras organizações durante a fase de preparação, bem como ao longo de 2003. Isto permitiu que fossem tidos em conta os pontos de vista das pessoas com deficiência e que os seus próprios representantes desenvolvessem as mensagens essenciais a transmitir. A Comissão pretendeu também utilizar a campanha do AEPD para promover a sua abordagem da deficiência e sublinhar as questões políticas em análise a nível da UE. A flexibilidade da perspectiva adoptada para o AEPD e o sentimento de apropriação gerado pela abordagem descentralizada garantiram que havia lugar na campanha para que todas as organizações exprimissem as suas opiniões, mesmo que estas últimas não fossem necessariamente coincidentes.

Como enquadramento para a execução e desenvolvimento do AEPD, a Comissão, em parceria com as organizações associadas (particularmente, o Fórum Europeu das Pessoas com Deficiência), lançou uma campanha específica de promoção e informação. O principal objectivo dessa campanha era conferir uma identidade distinta ao AEPD, tanto a nível de imagem como de uma mensagem que reforçasse não só a natureza europeia da iniciativa, mas também as acções adoptadas a nível nacional, regional e local. A gestão da campanha coube à Ogilvy PR, uma empresa de consultoria e relações públicas.

O conceito nuclear da campanha era o de catalisar as pessoas com deficiência para uma marcha ao longo de todo o ano e por toda a Europa. A ideia de base é a de que, uma vez que os direitos das pessoas com deficiência são uma questão de direitos humanos, essas pessoas devem ser postas na linha da frente da campanha em prol de uma mudança. Ao evitar lançar uma campanha de promoção tradicional implementada a partir do exterior, a Comissão procurou que as pessoas com deficiência se apropriassem do conceito subjacente ao AEPD, assegurando-se do seu envolvimento directo na promoção da campanha e incentivando a sua mobilização e participação. Para assinalar a natureza participativa do AEPD, foi criado o *slogan* «Suba a bordo!» para a campanha, cujo efeito foi secundado pelo autocarro da campanha (o Autocarro Europeu) que, em 2003, circulou de país para país. O autocarro deu ênfase à índole europeia da campanha, estabelecendo a ligação entre todas as campanhas e mensagens nacionais, e serviu para sublinhar o facto de a deficiência ser uma questão que abrange toda a UE, apesar das diferenças específicas inerentes aos países participantes.

Durante 2003, o Autocarro Europeu esteve presente em 211 eventos e 181 pequenas ou grandes cidades de 16 países, tendo percorrido uma distância de 45 000 quilómetros.

O logótipo escolhido para a campanha era distintivo e claramente identificável. Esse logótipo podia ser facilmente acedido em vários sítios Internet e nas actuais 20 línguas comunitárias, bem como nas línguas dos Estados em vias de adesão: Bulgária, Roménia e Turquia. No âmbito das regras de campanha, todas as organizações e todos os indivíduos que desejassem participar na campanha do AEPD foram incentivados a utilizar o logótipo.

A fim de apoiar toda a campanha do AEPD e constituir um recurso para organizações e indivíduos que pretendessem participar na iniciativa, foi criado um sítio Web para toda a UE. Esse sítio Web (www.eypd2003.org) era inteiramente interactivo e de fácil acesso[1]; todos os aspectos e funções essenciais estavam disponíveis em todas as línguas comunitárias. Em contraste com as campanhas de anos europeus precedentes, este sítio Web permitia a criação de páginas por terceiros que desejassem publicitar acções ou eventos por eles organizados, carregar documentos e criar contactos. Isto deu a todos aqueles que normalmente não disporiam dos recursos necessários a oportunidade de estarem presentes na Internet durante o AEPD. Para além de informações gerais sobre o AEPD, o sítio Web continha igualmente ligações aos sítios Web oficiais do Ano Europeu dos países participantes, assim como uma secção de «agenda» e de «fotografias», actualizada diariamente com notícias da marcha e do Autocarro Europeu.

A Comissão lançou também dois convites à apresentação de propostas a nível da UE. O primeiro tinha como objecto campanhas de informação de âmbito europeu destinadas a apoiar a campanha principal do AEPD e visava populações específicas dentro do grupo-alvo global da campanha. A título de exemplo, refira-se uma campanha inovadora da União Europeia de Surdos[2], que criou um sítio Web específico para o AEPD, em que as informações eram disponibilizadas nas principais línguas gestuais dos países participantes. O segundo convite à presentação de propostas estava relacionado com projectos transnacionais, no contexto do qual a Comissão apoiava financeiramente um número reduzido de projectos de envergadura, permitindo a beneficiários de vários Estados-Membros organizar conjuntamente um projecto para apoiar os objectivos do AEPD.

O programa de participação empresarial foi outra acção fundamental empreendida pela Comissão, a nível da UE, para apoiar o AEPD. Com o apoio do contratante Ogilvy PR, este programa procurou mobilizar grandes empresas em torno da campanha do Ano Europeu, dando-lhes a oportunidade de participarem num empreendimento único e incentivando-as a gerarem consciencialização e apoio para o AEPD, assim como a lançarem acções específicas. Essas acções foram fomentadas com o intuito de reforçar as abordagens positivas já existentes em matéria de deficiência e de agir de uma maneira socialmente responsável relativamente a pessoas com deficiência, promovendo oportunidades de emprego e formação, desenvolvendo uma concepção de produtos e serviços para todos ("desenho universal ou para todos") e melhorando a acessibilidade, entre outros aspectos.

Embora a responsabilidade da supervisão da campanha do AEPD e as acções a nível da UE coubesse à Direcção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e da Igualdade de Oportunidades da Comissão, foi possível mobilizar todos os serviços cuja actividade estava de alguma forma

---

1 Norma WAI-AA – com os recursos disponíveis e dada a natureza interactiva do sítio, não foi possível obter um nível "AAA".

2 http://www.eudeaf2003.org/

relacionada com a temática da deficiência e assegurar que este evento era especificamente incluído nas acções prioritárias a desenvolver em 2003. Tal deveu-se, em especial, ao empenhamento de vários comissários e direcções-gerais nos objectivos do AEPD e a um desejo de apoiar a integração das questões da deficiência em geral. Entre os exemplos, conta-se o reforço do financiamento de projectos específicos no quadro de diferentes programas de acção no domínio da educação, formação, juventude e cultura; a adopção pela Comissão de um Código de Boas Práticas para Emprego de Pessoas com Deficiência (C(2003)4362); acções no domínio das relações com os países candidatos de então centradas em questões relativas à deficiência e várias acções no contexto da política relativa à sociedade da informação, incluindo uma conferência específica sobre ciberacessibilidade[3]. Este último tema foi igualmente abordado do ponto de vista da investigação técnica pelo Centro Comum de Investigação da CE. Muito desse trabalho foi coordenado, com êxito, por um Grupo Interserviços para a Deficiência, que assegurou uma complementaridade optimizada entre diversas áreas das políticas comunitárias.

A fim de reforçarem as mensagens-chave e demonstrarem o empenho da UE nesta área, muitas conferências e muitos eventos europeus importantes adoptaram igualmente a campanha do AEPD como componente fundamental, quer centrando-se exclusivamente em questões relativas à deficiência, quer integrando essa problemática num programa mais vasto. A este respeito, recorde-se, por exemplo, a Semana Europeia da Mobilidade[4], em 2003, cujo objectivo era chamar a atenção para a acessibilidade para pessoas com deficiência. As agências da UE também participaram no AEPD, tendo levado a cabo acções específicas para apoiarem os objectivos dessa iniciativa[5]. Várias instituições da UE deram também um contributo muito particular para o AEPD, desenvolvendo acções (designadamente, tornando novos sítios Web acessíveis ou realizando inspecções para verificar a acessibilidade dos edifícios respectivos) ou eventos concretos. Estes últimos incluíam, por exemplo: o Parlamento Europeu das Pessoas com Deficiência, sob os auspícios do Parlamento Europeu[6] e organizado com o apoio da Comissão e do Fórum Europeu das Pessoas com Deficiência; uma conferência sobre a dimensão regional das políticas em matéria de deficiência, organizada pelo Comité das Regiões[7], e um evento sobre a integração das pessoas com deficiência na sociedade europeia e no mundo laboral, realizado pelo Comité Económico e Social Europeu[8].

O AEPD contou ainda com o contributo de outras organizações europeias, que levaram também a cabo acções e eventos específicos. A Agência Europeia para o Desenvolvimento em Necessidades Educativas Especiais (EADSNE), apoiada pela DG EAC, organizou uma audição no Parlamento Europeu com a participação de jovens com necessidades educativas especiais, no âmbito da qual jovens provenientes de 22 países tiveram a oportunidade de expressar os seus sentimentos, ideias e anseios referentes à sua educação e ao seu futuro. Durante a audição parlamentar, realizou-se uma exposição de materiais e uma sessão de informação com os representantes dos projectos comunitários Leonardo, Juventude, Minerva e Grundtvig, assim como da EASDNE e da UNESCO, especialmente convidados para o

---

3 http://europa.eu.int/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/03/1375
http://europa.eu.int/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/03/1183
http://voice.jrc.it/events/ev2003/eaccessibility/_eaccessibility_en.htmhttp://europa.eu.int/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/03/1183&format=HTML&aged=0&language=EN&guiLanguage=en

4 http://europa.eu.int/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/03/1240

5 http://europe.osha.eu.int/good_practice/person/disability/

6 http://www.europarl.eu.int/comparl/empl/conferences/20031110/default_en.htm

7 http://www.cor.eu.int/document/en/rioja_16_17_dec.pdf

8 http://www.esc.eu.int/pages/en/acs/events/28_11_03_disabilities/final_programme_en.pdf

efeito. A Europa 21 realizou um evento sobre questões de responsabilidade social das empresas e deficiência[9], e os organismos europeus de normalização organizaram, por seu turno, uma conferência para analisar de que forma o seu trabalho poderia contribuir para uma acessibilidade para todos[10][11][12]. Estes são apenas alguns exemplos de entre as muitas centenas de acções e eventos específicos que tiveram lugar a nível da UE.

A fim de coordenar uma grande parte dessas diferentes actividades e, em especial, para coordenar as acções a nível europeu com as actividades específicas do AEPD e as campanhas a nível nacional, a Comissão instituíra já em Janeiro de 2002 um comité consultivo. Esse comité prosseguiu os seus trabalhos até final 2004, coordenando a preparação de medidas e o auxílio financeiro para o AEPD, supervisionando a campanha promocional e de informação e desenvolvendo as mensagens essenciais a veicular relativamente a esta temática. Compunham essa instância representantes dos países participantes, observadores dos países candidatos de então, representantes do Fórum Europeu das Pessoas com Deficiência[13] e outros parceiros interessados, como a Associação Europeia de Prestadores de Serviços para Pessoas com Deficiência[14]. Os parceiros sociais foram convidados a participar neste comité, mas declinaram o convite.

O comité tomou decisões fundamentais relativas à atribuição de subvenções globais aos países participantes, com o objectivo de apoiar o co-financiamento de projectos e acções do AEPD, aprovou elementos essenciais da campanha, tais como a escolha do logótipo (que, pela primeira vez numa campanha da UE, foi escolhido através de votação na Internet) e dos itens promocionais, e adoptou um conjunto de critérios comuns para a selecção de projectos a co-financiar, por forma a assegurar que os objectivos-chave do AEPD definidos na decisão do Conselho seriam tidos em conta. Essa abordagem procurava igualmente garantir um tratamento equitativo a todos os candidatos a co-financiamento nos diferentes países participantes. Os membros do comité exerceram ainda uma função de ligação entre a execução do AEPD a nível da UE e a nível nacional, coordenando, nomeadamente, o trabalho dos órgãos nacionais de coordenação. O comité teve ainda a possibilidade de cooperar estreitamente com as duas presidências da UE (a da Itália e da Grécia) durante 2003, assegurando assim um perfil político claro para a campanha do AEPD no contexto da acção das referidas presidências.

O comité desempenhou um papel fundamental para garantir o êxito do AEPD, funcionando principalmente através do estabelecimento de consensos relativamente a todas as decisões-chave e aproveitando a experiência e empenhamento de todos os que participaram no seu trabalho. Tal implicou um amplo esforço e envolvimento de todos os seus membros durante as actividades de preparação, execução e acompanhamento do AEPD.

---

9 http://europa.eu.int/rapid/pressReleasesAction.do?reference=SPEECH/02/623

10 http://www.cenelec.org/NR/exeres/09E16A1B-E757-4F85-B542-872A21C7C15F.htm

11 http://www.cenorm.be/cenorm/news/pressreleases/guidelines.asp

12 http://europa.eu.int/rapid/pressReleasesAction.do?reference=SPEECH/03/161

13 http://www.edf-feph.org/

14 http://www.easpd.org/

Execução e principais acções a nível nacional

A nível nacional, exigiu-se aos países participantes que criassem um órgão nacional de coordenação. Em conformidade com a decisão do Conselho que instituiu o AEPD, a essa instância incumbia a responsabilidade de desenvolver estratégias/prioridades nacionais para o Ano Europeu, supervisionar a atribuição da subvenção global, assegurar que as pessoas com deficiência participassem nos processos decisórios e gerir o convite à apresentação de propostas no âmbito do qual foi atribuído auxílio financeiro a acções específicas de apoio ao AEPD. Durante 2002, os órgãos nacionais de coordenação desempenharam um papel importante na realização de acções preparatórias, sensibilizando para os objectivos do AEPD e, na maioria dos casos, organizando o evento de lançamento nacional para 2003. Na maioria dos países participantes, o órgão de coordenação estava ligado a um ministério nacional ou nele sedeado. Em todos os países, os representantes de pessoas com deficiência fizeram parte dessas instâncias, conforme exigido pela decisão do Conselho.

O trabalho desses órgãos nacionais foi essencial para o sucesso da campanha do AEPD, bem como para alargar o âmbito deste evento adaptando-o ao contexto nacional e à situação específica das pessoas com deficiência. A estrutura dos órgãos nacionais de coordenação variava significativamente de um país para outro, tendo alguns países optado por constituir entidades de dimensões relativamente grandes e que abarcavam representantes de muitos e diversos grupos de interesses. Outros países preferiram centrar-se na contribuição de personalidades com experiência específica no domínio da deficiência. Os órgãos nacionais contaram frequentemente com o apoio de grupos regionais e locais, especialmente constituídos para colaborarem na campanha do AEPD, gerando localmente a maior consciencialização possível, bem como mobilizando, em especial, as organizações de deficientes para que estas participassem activamente no Ano Europeu.

A avaliação externa do AEPD confirma o enorme empenhamento dos elementos envolvidos nos órgãos nacionais de coordenação, muitos dos quais trabalhando sem remuneração, e o seu contributo vital para se alcançar os objectivos do Ano Europeu a um nível o mais próximo possível do cidadão. Na sua maioria, estas pessoas tiveram ainda de trabalhar com recursos limitados e numerosas candidaturas de participação na campanha. Vários países participantes instituíram comités locais específicos para apoiarem programas e actividades ao longo de todo o ano e assegurarem o envolvimento das principais organizações de deficientes. A maioria dos membros consultados dos órgãos de coordenação acreditava que a inclusão, desta forma, de pessoas com deficiência prepararia o caminho para uma maior cooperação entre governos e organizações de deficientes. Além disso, muitos países optaram por envolver, nos órgãos de coordenação a nível nacional, organizações das autarquias locais e representantes dos parceiros sociais. Espelhando a situação a nível da UE, em alguns países foi incentivada a participação empresarial ou associativa a nível nacional, enquanto noutros países se verificou a participação de representantes de associações de artes e de organismos de voluntariado e noutros ainda de partidos políticos nos órgãos nacionais de coordenação respectivos.

Em todos os países participantes, foram lançados convites à apresentação de propostas para incentivar os promotores de projectos a candidatar-se a co-financiamento destinado a apoiar acções e medidas específicas conformes aos diferentes objectivos do AEPD. Mais uma vez, a abordagem variou de país para país, verificando-se que alguns deles deram preferência a grandes projectos, frequentemente centrados no plano nacional ou regional, para obterem resultados específicos. Outros países elegeram como enfoque projectos locais de menores

dimensões, permitindo assim a participação de um maior número de organizações no AEPD. Na maioria dos países, foram apresentados muitos milhares de candidaturas de projectos, e cerca de 800 projectos foram apoiados com as dotações previstas pela UE para o AEPD. Contudo, muitos países optaram por atribuir financiamento suplementar para apoiar projectos adicionais, tendo a avaliação externa mostrado que, em grande parte dos países, foi possível assegurar financiamento de outras fontes a projectos que não puderam ser financiados pela UE ou por fontes nacionais. Ademais, o financiamento de projectos através de outras acções e outros programas da UE aumentou o apoio financeiro disponível. Deste modo, a abordagem descentralizada permitiu mobilizar um apoio enorme para o AEPD e intensificou o sentimento de apropriação da campanha. Para a Comissão, essa abordagem criou dificuldades de coordenação específicas, pois era necessário efectuar adaptações à estratégia específica de cada país participante. A abordagem descentralizada dificultou também muito o estabelecimento de projectos transnacionais, visto que foi necessário tomar em consideração regimes e prioridades de financiamento diferentes em cada país. Todavia, os representantes dos órgãos de coordenação indicaram um nível elevado de satisfação com o mecanismo de execução e a estrutura descentralizada adoptados para o AEPD, assim como com a coordenação da Comissão.

Contribuir para organizar o itinerário do Autocarro Europeu, à medida que este circulava através de cada país participante, foi outra tarefa-chave desempenhada pela maioria dos órgãos nacionais de coordenação. Muitos deles planearam esse itinerário de modo a que o autocarro estivesse presente em eventos específicos do AEPD ou organizaram acções que coincidissem com a sua passagem. Além dos muitos milhares de espectadores e participantes abrangidos por essas iniciativas, o autocarro constituiu um foco de atenção específico para os meios de comunicação social, tendo sido objecto, nomeadamente, de milhares de artigos de imprensa ou de reportagens televisivas. A Comissão recrutou igualmente apoiantes específicos da campanha em cada país, que eram globalmente responsáveis pelo autocarro e pelo seu itinerário enquanto este permanecesse em território nacional. A maioria desses apoiantes da campanha foi designada pelo Fórum Europeu das Pessoas com Deficiência. O contratante de Relações Públicas seleccionado pela Comissão organizou formação específica para que os apoiantes pudessem retirar o maior partido possível da presença do autocarro. Com o objectivo de apoiar a promoção da campanha, a maioria dos países participantes criou também especialmente sítios Web nacionais, com ligação ao sítio Web principal do AEPD, que forneciam informações específicas para uma audiência nacional. Acresce ainda que a Comissão estabeleceu uma rede de meios de comunicação social nos Estados-Membros, com um grupo de peritos a prestar apoio às actividades mediáticas do órgão nacional de coordenação e a promover a campanha do AEPD.

Na avaliação externa do AEPD, ficou claro que a escolha de uma abordagem descentralizada aumentou a eficácia e os resultados da campanha, tendo amplificado também o impacto geral do Ano Europeu a nível nacional. Ao mesmo tempo, a dimensão europeia global foi preservada por meio de critérios comuns para a selecção de propostas, do logótipo, do *slogan* da campanha e do autocarro do AEPD. Como adiante se refere, o enfoque nacional de grande parte da campanha concorreu também para maximizar o impacto financeiro do Ano Europeu, dando a muitos milhares de organizações a possibilidade de participarem e de darem o seu próprio contributo para os objectivos do AEPD.

Principais resultados da campanha do AEPD

Um dos desafios fundamentais da campanha do AEPD era a promoção de um maior entendimento e de uma maior aceitação das grandes questões relacionadas com a deficiência. A sondagem de opinião sobre o AEPD, que foi realizada em nome da Comissão em Setembro de 2003[15], solicitava aos cidadãos da UE as suas opiniões sobre deficiência no contexto do Ano Europeu. Revelou que um terço da população da UE tinha conhecimento do AEPD e do seu objectivo. Dada a natureza desta campanha, a quantidade de eventos internacionais que cativaram a atenção do público em 2003 e a disponibilidade de recursos a nível europeu e nacional para a sua execução, este pode considerar-se um resultado muito positivo.

A viagem efectuada pelo autocarro da campanha na UE foi um elemento essencial para se conseguir destacar a natureza europeia da campanha do AEPD. Proporcionou às pessoas com deficiência e às organizações que as representam um valioso instrumento para promover e destacar as suas acções, bem como para atrair uma considerável atenção mediática em torno dessas iniciativas. Isso reflectiu-se, por exemplo, no grande número de artigos publicados na imprensa que faziam referência ao autocarro. Este último foi ainda eficaz por fazer chegar a mensagem da campanha às cidades e localidades mais pequenas dos países participantes, transmitindo-a a um público que não costuma ser directamente envolvido em campanhas europeias deste tipo.

Em termos de repercussão mediática, a análise, realizada a pedido da Comissão, que incidia especificamente na imprensa escrita e na Internet, mostrou que a cobertura europeia de questões relativas à deficiência registou, em 2003, um acréscimo de três a dez vezes mais. Em média, a cobertura mediática nos Estados-Membros aumentou em mais de 600%, sendo a campanha do AEPD mencionada especificamente em mais de metade dos casos. Além disso, o sítio Web do AEPD conheceu um certo êxito, revelando-se um vector importante na campanha, uma vez que quase 40 por cento da cobertura mediática recorreu a material, logótipos ou imagens do sítio e que, em cerca de metade dos casos, se fazia referência ao sítio ou se indicava o respectivo endereço electrónico. Esta situação repetiu-se igualmente a nível nacional, em particular através de referências aos sítios Web nacionais do AEPD. Outros dados relacionados com o sítio Web oficial do AEPD confirmam igualmente o seu êxito: uma média de mais de 2 000 visitas únicas por dia e mais de meio milhão de visitas únicas em 2003.

O programa de participação empresarial pode igualmente ser considerado um resultado positivo do AEPD. É evidente que, para muitas das empresas participantes, conduziu a um empenhamento a longo prazo no domínio da deficiência ou veio reforçar um empenhamento já existente. A este respeito, várias empresas integradas no programa decidiram continuar a sua cooperação nesta área através de uma rede a nível europeu.

A nível nacional, o empenho na abordagem descentralizada, implicando o estabelecimento de prioridades nacionais para o AEPD e garantindo a participação de pessoas com deficiência ao longo da campanha, pode ser visto como um resultado de importância capital e um dos principais factores de sucesso desta campanha. Muito desse trabalho de cooperação e consulta

---

15 http://www.europa.eu.int/comm/employment_social/index/eurobar_highlights_en.pdf

continuará, pois grande parte dos órgãos instituídos, ou dos já existentes e consolidados em 2003, decidiram prosseguir o seu trabalho para além dessa data. Os dados submetidos pelos países participantes sobre os projectos apoiados durante o AEPD através de financiamento da UE, de financiamento nacional, de uma combinação de ambos, ou de outras fontes de financiamento revelaram resultados particularmente positivos. Em alguns países, determinados projectos continuam a receber financiamento depois de 2003. A abordagem descentralizada de financiamento, adoptada pela Comissão em colaboração com os países participantes, produziu sem dúvida um efeito de alavanca particularmente intenso no âmbito da campanha.

Dada a abordagem escolhida para o AEPD e as responsabilidades assumidas a nível nacional, regional e local de levar a cabo acções e medidas, seria impossível enumerar ou descrever os resultados concretos desta campanha. Foram registados muitos milhares de resultados nos países participantes e para além deles, que se revestem de uma grande variedade de formas, nomeadamente:

- novas parcerias entre organizações públicas, privadas e não-governamentais;

- assunção de compromissos, mediante a integração de órgãos e organizações, no sentido de promover os direitos, a participação e a inclusão de pessoas com deficiência numa multiplicidade de domínios (emprego, formação, educação, cultura, desporto, política, etc.);

- acções para promover maior consciencialização e compreensão da deficiência e questões correlacionadas;

- medidas para melhorar a acessibilidade física das áreas edificadas, incluindo os sistemas de transportes;

- medidas para melhorar o acesso e combater a exclusão da sociedade da informação e promover uma maior ciberacessibilidade;

- nova legislação nacional para proteger os direitos das pessoas com deficiência e fomentar a não-discriminação;

- elaboração periódica de relatórios sobre questões relacionadas com a deficiência a diferentes níveis;

- desenvolvimento de medidas para prestar um melhor apoio às famílias de pessoas com deficiência.

Por conseguinte, o AEPD alcançou os objectivos almejados de aumentar a consciencialização, de proceder ao intercâmbio e à divulgação de boas práticas, assim como de reforçar a cooperação entre as várias partes interessadas.

Annex 1: Background

2003 was designated the European Year of People with Disabilities (EYPD) by the European Union[16], with the aim of raising awareness about the rights of the EU's disabled citizens to participate fully and equally within society. The EYPD was also about laying the foundation for action over the longer term and providing a new political impetus across Europe to achieve equality of rights for people with disabilities.

All of the then 15 EU Member States formally participated in the EYPD, together with Norway, Iceland and, latterly, Liechtenstein (hereinafter "the participating countries"), and its overall implementation in the EU Member States and the EEA countries was the responsibility of the European Commission. Although no formal requests to participate were received from the then candidate countries for EU accession, many of these countries and other states beyond, such as Switzerland, Turkey, Romania and Bulgaria, developed campaigns and undertook a wide range of activities and actions in support of the EYPD.

In contrast to previous European Years, the Commission proposed that much of the responsibility for the implementation of the EYPD should be decentralised to the level of the participating countries. To this end, each country was required to appoint and set up a national coordinating body, composed of a representative range of organisations representing people with disabilities and other relevant stakeholders. Much of the EU funding made available to support the actions and activities undertaken in the EYPD was awarded directly to national authorities to be spent in cooperation with the national coordinating body.

Although the main target audience of the EYPD campaign was the public at large, from the outset the Commission was committed to ensuring that 2003 should be a year *of* and not *for* people with disabilities. In all the key decisions and actions carried out during the EYPD, the involvement of people with disabilities themselves, at all levels, was of crucial importance. The Commission therefore ensured that representatives of people with disabilities at European level were involved in the development of priorities for the EYPD, the actions to be supported and the main messages for the campaign. At national level, the participating countries had to ensure that representatives of people with disabilities were part of the national coordinating body, and in particular that preference was given to organisations representing or defending the rights of people with disabilities when awarding co-funding. One of the aims of the EYPD campaign was to ensure that people with disabilities realised that 2003 was their year, during which they could become involved so as to guarantee that the issues of most interest to them were high on the political agenda.

The EYPD budget at EU level was initially agreed at €12 million. However, following a budgetary amendment adopted by the European Parliament in December 2002, a further €780 000 was added to the EU budget allocated for this action. Together with the contribution from the EEA countries, the final budget for the EYPD was almost €12.977 million.

At EU level, the Commission established an advisory committee (the "Disability Advisory Committee"), composed of official representatives of the participating countries, representatives of European disability organisations and other organisations concerned. The social partners at EU level were also invited to sit on this committee. At EU level, the

---

[16] Council Decision of 3 December 2001 (2001/903/EC)

Commission also contracted and managed an EU-wide promotional campaign, which sought to create an overall identity for the Year, to mobilise all key stakeholders and to support the campaigns developed at national level.

At national level, in line with the specific priorities they adopted, the national coordinating bodies had responsibility for using EU co-funding to promote the aims of the EYPD and to support projects at local, regional, national and transnational level. Additionally, the Commission awarded funding to participating countries to organise launch events at the start of 2003, and additionally to the two countries holding the EU Presidency in 2003 (Greece and Italy) for the EYPD opening and closing events and a conference on the media and disability.

Overall, it can be considered that the EYPD was successful. The campaign was able to mobilise large numbers of organisations and individuals across Europe in support of the aims of the EYPD and it acted as a catalyst for, or in support of, a number of major actions and policy measures. These served to create a vast amount of general awareness about the rights of the EU's disabled citizens and increase the visibility of issues related to disability. This was reflected especially in the media coverage of disability issues in general and the EYPD campaign in particular, through the written press and through television and radio coverage. Moreover, the global grants awarded to each participating country to support projects had a particularly important leverage effect, generating huge interest in undertaking actions during 2003 and creating a 'snowball' effect as envisaged in the original Commission proposal.

Annex 2: Financial issues

As stated above, an amount of almost € 13 million was made available from the Community budget to support actions and activities for the EYPD. Almost two thirds of this amount was passed directly to the participating countries in the form of the global grants awarded to each country to co-finance projects and actions at national, regional and local level, or to support the national launch events, opening and closing events (organised by the EU Presidency countries) and one thematic conference. In accordance with the Council Decision, this funding was awarded to the designated authority in each participating country – a public-law body nominated by the state to take responsibility for managing the funds awarded. In most countries, the designated authority was the ministry with the main policymaking responsibility for disability issues.

In accordance with the Council Decision, all Community funds awarded as global grants and for national launch events could be used to finance up to 50 percent of the eligible costs of actions. Community funds awarded for the opening and closing events and thematic conference did not represent more than 80 percent of the total eligible costs. In order to manage the Community funds awarded as global grants, a funding agreement was signed between the Commission and each designated authority, setting out the measures to be implemented, the criteria for choosing beneficiaries, the conditions and rates of assistance, and the arrangements for monitoring, evaluating and controlling the use of the global grant.

Generally, Community co-funding for projects in the participating countries was significantly less than 50 percent. In fact, the average across the 17 participating countries was around 20 percent. The other main sources of funding at national level were the national, regional and local authorities. In some of the participating countries, the designated authority required project beneficiaries to supply the additional funding either from their own resources or from other sources, such as sponsoring.

From figures supplied to the external EYPD evaluators[17] it appears that for every 1 euro from the Community budget 4.5 euros were invested at national level in specific EYPD projects. Given the very large number of projects submitted in many of the participating countries, it is clear that limiting the EU financing rate to a maximum of 50 percent was a positive and effective approach in this particular instance.

At EU level, the Commission took responsibility for managing all the calls for tenders and calls for proposals for actions at EU level (with the exception of the Presidency and Media conferences). The overall commitment rate achieved for all actions supported from the Community budget was 98 percent (see annex 1).

[17] Rambøll management – see annex 2

Annex 3: Detailed breakdown of expenditure commitments in 2002 and 2003 (Budget Line 04 04 05 ex B5 806)

	Description	**Amount (in €1000)**
Total EU contribution to co-financed projects and actions in the participating countries		**8,299**
	Global grants	6,686
	National Launch events	685
	Opening ceremony	300
	Media and Disability Conference	228
	Closing ceremony	400
Total EU contributions to co-financed projects at EU level		**1,144**
	NGO information campaigns	337
	Transnational Projects	582
	Parliament of Disabled Persons	225
Total EU contributions to promotional activities		**2,403**
	EU Information and Promotional Campaign	2,400
	EDDP Postcards	3
Total EU spend on evaluation and study activities		**809**
	Evaluation of the European Year	194
	Eurobarometer survey	165
	Study on situation of disabled people in institutions	450
GRAND TOTAL		12,655

Annex 4: Overall assessment and long-term policy outlook

Through the EYPD campaign, the Commission wanted not just to draw attention to all the barriers that persons with disabilities face, but also to identify new ways of overcoming barriers, as well as new methods and approaches to do so. As part of its follow-up to the EYPD and in order to ensure the production of sustainable results beyond 2003, the Commission adopted the Communication on the policy follow-up to the EYPD – 'Equal opportunities for people with disabilities: A European Action Plan'[18]. In particular, the Communication puts forward an Action Plan for the Commission with a time horizon of 2010.

The objective of the Action Plan is to provide a reference point and a framework for mainstreaming of disability rights and issues into relevant Community policies and for developing practical measures in crucial areas to enhance the integration of people with disabilities. In this respect, the Commission has made a specific commitment to ensuring that the impetus created by the EYPD will continue well beyond 2003, and has delivered its own considerable contribution to ensuring the longer-term policy effects of many of the key objectives of the EYPD. Building on the contributions of a large number of Commission departments during 2003, supported by the Commission's Disability Inter-service Group, the work to integrate a mainstreamed approach on disability issues across Community action and to enable people with disabilities to participate equally in Community programmes and initiatives will continue. Moreover, the momentum created since 2003 has certainly contributed to raise awareness on disability issues in the scientific community and is triggering high quality research proposals.

The EYPD campaign has also succeeded in underscoring the European dimension of disability issues (through the very strong EU identity of the campaign, the march and bus route through all the participating countries). Across the whole EU, disabled people have used the EYPD campaign to put the issues of most concern high up the political agenda and in the forefront of the public mind. In many of the participating countries, particularly through the considerable media coverage of disability in 2003 and the strong and positive images portrayed, disability and the situation of people with disabilities has been, for the first time, a major subject of attention and a high level of public awareness has been achieved. This has reinforced the messages at all levels that disability does not mean inability, nor does it equate to lack of ability.

As indicated in the Commission's Communication on the follow-up to the EYPD, all of the then Member States adopted new legislation or developed the new policy measures which were implemented or announced in 2003. These concern not only the updating of existing laws and the passing of new ones, but also the promotion of new approaches, innovative methods and positive measures. It is clear that the EYPD has provided the impetus in Member States for new policy developments towards achieving equal opportunities for people with disabilities, triggering a definitive shift towards more pro-active measures in favour of people with disabilities, while laying the foundations on which future long-term action can be built.

---

[18] http://europa.eu.int/comm/employment_social/news/2003/oct/com650_final_en.html

Annex 5: External evaluation of the EYPD Campaign

The Commission engaged an external contractor to evaluate the EYPD campaign. In view of the decentralised approach to the EYPD, this was a particularly difficult task. The very nature of a transfer of responsibility to the national level, and the efforts made by those involved at all levels to encourage ownership of the EYPD and mobilise the largest possible number of organisations and individuals in the campaign, meant that it was not possible to monitor the implementation or impact of these actions directly and individually. Therefore, the methodology adopted for the external evaluation required by the Council Decision was to analyse all the key products of the EYPD campaign and interview many of the key players at EU and national levels. The evaluator also undertook a number of case studies, looking at the approach to the EYPD in some of the participating countries or specific actions at European level, and circulated a questionnaire to all of the projects which received EU co-funding. The summary of the evaluation report is attached in Annex 2 below.

The overall conclusion of the evaluation was that the approach taken with respect to the establishment of an overall EU campaign with decentralisation of some of the implementation of the EYPD to national level was the correct one. This, in particular, allowed the EU to address and focus on many of the challenges which people with disabilities still face on a daily basis in all participating countries. At the same time, the approach helped to create a campaign that was very relevant and appropriate within its broad overall objectives, while addressing national priorities and the evolving needs within the participating countries. The evaluation concludes that the approach also allowed maximum involvement by people with disabilities in the EYPD and supported the prioritisation of resources in line with the key issues identified at national level. However, it is clear that overall resources to support the EYPD campaign were often limited and the backing of a number of key EU and national organisations and individuals was vital to the success of the campaign.

The evaluation report also found that the EYPD campaign acted as an important lever for disability issues at different levels, as it was able to influence and define actions, prompt various decision-makers to focus upon disability issues and put disability higher up the political agendas. However, the evaluators consider that attention should have been focused more on highlighting good practice and innovation, and on identifying ways in which actions could be replicated and transferred to other contexts. The report also established that all key players in the implementation of the EYPD (the Commission, disability organisations, national coordinating bodies, government authorities etc) implemented it in line with the Council Decision establishing the EYPD and, given the limited human and financial resources available at different levels, managed to achieve the participation of a wide variety of stakeholders including national, regional and local authorities, social partners, and most importantly disability organisations and other NGOs. The report notes a similar involvement, especially of disability organisations, in the projects co-financed from the Community budget. Finally, the report concludes that the decentralised approach and delivery mechanism adopted by the Commission was a strong vehicle and a significant factor in the success of the EYPD campaign.